



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 07.207.996/0001-50
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2011, do Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradesco Financiamentos oferece linhas de financiamento de crédito direto ao consumidor para aquisição de veículos de passeio, de transporte e outros bens e serviços, além de operações de *leasing* e de empréstimos consignados. Atuando como financeira do Bradesco, completa a rede de distribuição de produtos financeiros da Organização.

No segmento veículos, os serviços são oferecidos por uma Rede conveniada, com mais de 21 mil parceiros em todo o País, formada por Revendas e Concessionárias de veículos leves, de motos e de veículos de transporte. Para atendimento no segmento de empréstimos consignados, atua em todos os Estados brasileiros na captação de clientes, por meio de 919 Corresponentes, tanto no mercado quanto em Agências do Banco Bradesco, e em folhas de pagamento de empresas do Setor Privado, destacando-se a parceria com os segmentos Bradesco Empresas e *Corporate*.

A produção de novos negócios na carteira de veículos passou, em média, de R\$ 1,002 bilhão/mês no 2º trimestre de 2010, para R\$ 1,127 bilhão/mês no mesmo período de 2011, com crescimento de 12,5%. No encerramento do semestre, incorporando o saldo atual das operações cedidas, a carteira total de financiamentos/*leasing* de veículos do Bradesco Financiamentos somou R\$ 27.524 bilhões.

No 2º trimestre de 2011, os empréstimos consignados somaram R\$ 7,239 bilhões em carteira, com crescimento de 31% sobre o mesmo período de 2010, resultado da estratégia e de estruturação de uma equipe dedicada ao atendimento de convênios com o INSS, Órgãos Públicos e Empresas Privadas, com consequente aumento na concessão de recursos nessa modalidade. Incorporando-se o valor presente das operações de crédito cedidas de R\$ 603,195 milhões, o montante da carteira de crédito consignado totalizou R\$ 7,842 bilhões.

A produção de novos negócios nas carteiras de empréstimos consignados passou, em média, de R\$ 355,493 milhões/mês no 2º trimestre de 2010, para R\$ 515,585 milhões/mês, no mesmo período de 2011, com crescimento de 45%.

O Lucro Líquido do 1º semestre de 2011 foi de R\$ 892,996 milhões e o Patrimônio Líquido de R\$ 25,323 bilhões.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Osasco, SP, 26 de julho de 2011.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

ATIVO	2011	2010	PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE	40.424.062	38.439.661	CIRCULANTE	18.240.929	17.872.500
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	205	162	DEPÓSITOS (Nota 14)	15.232.326	15.436.722
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	26.594.186	26.607.742	Depósitos Interfinanceiros	15.232.326	14.998.517
Aplicações no Mercado Aberto	71.825	120.081	Depósitos a Prazo	-	538.205
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	26.522.361	26.487.661	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.002	1.504
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	244.749	256.797	Recebimentos e Pagamentos a Efetuar	1.002	1.504
Carteira Própria	176.195	174.097	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.007.601	2.434.274
Vinculados à Prestação de Garantias	68.554	82.700	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	16.925	8.157
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	31.626	173.797	Sociais e Estatutárias (Nota 17c)	19.956	9.792
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	79	146	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	1.155.489	510.730
Créditos Vinculados (Nota 7)	1.806	119.352	Diversas (Nota 16b)	1.815.231	1.905.595
Correspondentes	29.741	54.299			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	12.250.277	10.199.985	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	25.543.619	24.595.699
Operações de Crédito - Setor Privado	12.278.286	10.816.729	DEPÓSITOS (Nota 14)	19.300.894	18.344.033
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(528.009)	(616.744)	Depósitos Interfinanceiros	19.300.894	18.344.033
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(116.303)	(246.374)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	6.242.725	6.251.666
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	712.700	993.830	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	2.691.059	2.070.495
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(676.948)	(943.445)	Diversas (Nota 16b)	3.551.666	4.181.171
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(152.055)	(296.759)			
OUTROS CRÉDITOS	1.015.706	919.483	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	157.351	46.244
Rendas a Receber	508	29.155	Receitas de Exercícios Futuros	157.351	46.244
Diversos (Nota 9)	1.018.653	892.176			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.455)	(1.848)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)	25.323.375	23.567.375
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	403.616	528.069	Capital:		
Outros Valores e Bens	198.903	294.365	- De Domiciliados no País	22.010.000	22.010.000
Provisões para Desvalorizações	(78.946)	(104.027)	Reservas de Lucros	3.313.659	1.557.329
Despesas Antecipadas	293.659	337.731	Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos Disponíveis para Venda	(284)	46
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	20.268.339	15.967.283			
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	1.164.591	2.558.606			
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.164.591	2.558.606			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	15.848.735	11.205.785			
Operações de Crédito - Setor Privado	16.503.093	11.849.631			
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(654.358)	(643.846)			
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(205.159)	(408.373)			
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	692.030	1.517.802			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(685.375)	(1.512.788)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(211.814)	(413.387)			
OUTROS CRÉDITOS	3.025.730	2.343.578			
Rendas a Receber	-	74			
Diversos (Nota 9)	3.026.009	2.343.517			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(279)	(13)			
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	434.442	267.667			
Despesas Antecipadas	434.442	267.667			
PERMANENTE	8.572.873	11.674.894			
INVESTIMENTOS (Nota 11)	483.260	469.466			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	478.703	464.355			
- No Exterior	141	172			
Outros Investimentos	14.028	14.176			
Provisões para Perdas	(9.612)	(9.237)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	8.502	11.042			
Imóveis de Uso	544	544			
Outras Imobilizações de Uso	38.564	37.645			
Depreciações Acumuladas	(30.606)	(27.147)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 8)	8.050.124	11.179.015			
Bens Arrendados	8.604.990	11.350.683			
Depreciações Acumuladas/Superveniência de Depreciação	(554.866)	(171.668)			
DIFERIDO (Nota 13)	1.330	2.226			
Gastos de Organização e Expansão	7.745	7.734			
Amortização Acumulada	(6.415)	(5.508)			
INTANGÍVEL (Nota 13)	29.657	13.145			
Ativos Intangíveis	37.226	15.486			
Amortização Acumulada	(7.569)	(2.341)			
TOTAL	69.265.274	66.081.818	TOTAL	69.265.274	66.081.818

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2011	2010
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.856.953	5.647.978
Operações de Crédito (Nota 8g)	3.062.524	2.560.828
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8g)	1.306.252	1.762.525
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6d)	1.488.110	1.322.080
Resultado das Aplicações Compulsórias (Nota 7b)	67	2.545
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.586.409)	(3.930.537)
Operações de Captações no Mercado (Nota 14b)	(1.992.366)	(1.969.380)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8g)	(1.182.588)	(1.599.226)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 8c e f)	(411.455)	(361.931)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.270.544	1.717.441
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(720.579)	(1.078.004)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18)	29.197	18.232
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 18)	189.046	95.299
Despesas de Pessoal (Nota 19)	(21.579)	(25.330)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(414.667)	(312.520)
Despesas Tributárias (Nota 21)	(137.277)	(96.453)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11a)	2.174	13.143
Outras Receitas Operacionais (Nota 22)	325.701	48.508
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(693.174)	(818.883)
RESULTADO OPERACIONAL	1.549.965	639.437
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 24)	(61.718)	(128.384)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.488.247	511.053
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 26)	(595.251)	(183.592)
LUCRO LÍQUIDO	892.996	327.461
Número de ações (mil) (Nota 17a)	24.730.835	24.730.835
Lucro por lote de mil ações em R\$	36,11	13,24

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social			Ajustes de Avaliação Patrimonial Própria	Lucros Acumulados	Totais
	Capital Realizado	Reservas de Lucros Legal	Estatutárias			
Saldos em 31.12.2009	22.010.000	74.715	1.158.264	658	-	23.243.637
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos						
Disponíveis para Venda	-	-	-	(612)	-	(612)
Lucro Líquido	-	-	-	-	327.461	327.461
Destinações: - Reservas	-	16.373	307.977	-	(324.350)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(3.111)	(3.111)
Saldos em 30.6.2010	22.010.000	91.088	1.466.241	46	-	23.567.375
Saldos em 31.12.2010	22.010.000	135.097	2.294.049	(241)	-	24.438.905
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos						
Disponíveis para Venda	-	-	-	(43)	-	(43)
Lucro Líquido	-	-	-	-	892.996	892.996
Destinações: - Reservas	-	44.650	839.863	-	(884.513)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(8.483)	(8.483)
Saldos em 30.6.2011	22.010.000	179.747	3.133.912	(284)	-	25.323.375

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2011	2010
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.488.247	511.053
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	411.455	361.931
Depreciações e Amortizações	916.528	1.584.786
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	417.460	547.420
Reversão de Provisões para Desvalorização de Bens não de Uso Próprio	(14.776)	(484)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(2.174)	(13.143)
Insuficiência/(Superveniência) de Depreciação	229.656	(666.761)
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	92	(579.211)
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	76.412	128.657
Outros	56.905	35.294
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	3.579.795	1.909.542
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(411.819)	4.742.240
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(15.359)	26.624
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(28.767)	(48.395)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	(3.321.802)	(2.473.826)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(671.702)	(482.677)
Aumento/(Redução) em Depósitos	1.331.424	(1.522.157)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(223.061)	166.094
Aumento/(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	75.777	(7.591)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(555.584)	(70.602)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(241.098)	2.239.252
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	28	408
(Aumento)/Redução em Títulos Mantidos até o Vencimento	2.433	(616)
(Aumento)/Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(732)	(119.352)
Alienação de Bens não de Uso Próprio	121.418	176.646
Alienação de Investimentos	495	1.719
Alienação de Imobilizado de Uso e Arrendamento	376.581	1.115.482
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(158.907)	(296.127)
Aquisição de Investimentos	(2)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso e Arrendamento	(145.372)	(432.022)
Aplicações no Diferido/Intangível	(3.643)	(2.564)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	136	367
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	192.435	443.941
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(48.663)	2.683.193
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	120.693	245.451
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	72.030	2.928.644
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(48.663)	2.683.193

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

Descrição	2011	%	2010	%
1 - RECEITAS	5.234.550	317,6	4.500.819	709,7
1.1) Intermediação Financeira	5.856.953	355,3	5.647.978	890,6
1.2) Prestação de Serviços	218.243	13,3	113.531	17,9
1.3) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(411.455)	(25,0)	(361.931)	(57,1)
1.4) Outras	(429.191)	(26,0)	(898.759)	(141,7)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.174.954)</			

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias.....	B
de 31 a 60 dias.....	C
de 61 a 90 dias.....	D
de 91 a 120 dias.....	E
de 121 a 150 dias.....	F
de 151 a 180 dias.....	G
superior a 180 dias.....	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) destas operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme descrito a seguir:

I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizados de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear, ambas apresentadas pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: Veículos e Afins, 20%; Móveis e Utensílios, 10%; Máquinas e Equipamentos, 10%; e Outros Bens, 10% ou 20%.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o imobilizado de arrendamento (Nota 8i).

V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens II a IV acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil.

Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre as adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

l) Despesas antecipadas

Correspondem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados no ativo de acordo com o princípio da competência. Inclui seguro prestamista e comissões pagas, principalmente à revendedores e concessionárias de veículos e promotoras de vendas terceirizadas, pela colocação de operações de crédito.

Destas forma, com base nos princípios contábeis da "competência" e "confrontação da receita com a despesa", nas despesas antecipadas são registrados os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes que gerarão receitas em períodos subsequentes, os quais são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fazem parte dos ativos do Banco ou os benefícios futuros esperados não puderem ser realizados (*impairment*).

j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas e da redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para o Banco.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, sistemas de comunicação e segurança - 10% ao ano; e sistemas de transportes e processamento de dados - 20% a 50% ao ano e redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

l) Diferido e Intangível

* Ativo Diferido - está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear, à taxa de 20% ao ano.

* Ativo Intangível - correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Compostos por *softwares*, que estão registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *softwares* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

m) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), e caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável (apurado: (i) pelo seu potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior).

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

n) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base *pro-rata* dia.

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apresentadas como redutoras do passivo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação.

o) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

* Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 15a);

* Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA
a) Modalidades e prazos

Operações de crédito	Curso normal						Total			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2011		2010	
							(A)	%	(A)	%
Empréstimos e títulos descontados.....	227.420	237.482	232.916	665.138	1.173.353	4.472.308	7.008.617	24,7	5.345.719	22,6
Financiamentos.....	913.999	773.761	772.241	2.210.590	3.751.137	18.982.996	67,0	14.245.577	60,4	
Subtotal.....	1.141.419	1.011.243	1.005.157	2.875.728	4.924.490	15.033.576	25.991.613	91,7	19.591.296	83,0
Operações de arrendamento mercantil.....	124.594	88.709	88.712	267.991	494.047	1.280.062	2.344.315	8,3	4.011.462	17,0
Subtotal.....	1.266.013	1.100.152	1.093.869	3.143.719	5.418.537	16.313.638	28.335.928	100,0	23.602.758	100,0
Outros créditos.....	169	169	-	507	424	215	1.653	-	696	-
Total das operações de crédito.....	1.266.182	1.100.321	1.094.038	3.144.226	5.418.961	16.313.853	28.337.581	100,0	23.603.454	100,0
Avais e Fianças.....	-	-	-	-	1.856	3.020	4.876	-	7.909	-
Total em 2011.....	1.266.182	1.100.321	1.094.038	3.144.226	5.420.817	16.316.873	28.342.457	100,0	23.611.363	100,0
Total em 2010.....	1.168.370	990.459	1.042.038	2.726.777	4.507.586	13.247.027	28.342.457	100,0	23.611.363	100,0

Operações de crédito	Curso anormal					Total					
	Parcelas vencidas					2011				2010	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	(B)		%	(B)	%	
Empréstimos e títulos descontados.....	10.849	8.724	5.902	11.157	7.165	43.797		6,7	62.590	7,6	
Financiamentos.....	125.391	113.441	112.332	319.122	1.332.505	473.132		71,9	510.609	61,5	
Subtotal.....	137.251	107.709	118.234	56.128	104.657	516.929		78,6	573.199	69,1	
Operações de arrendamento mercantil.....	37.134	26.173	14.166	28.184	33.692	139.349		21,1	256.505	30,9	
Subtotal.....	174.385	133.882	70.294	132.841	144.876	656.278		99,7	829.704	100,0	
Outros créditos.....	1.774	-	-	-	-	1.774		0,3	136	-	
Total em 2011.....	176.159	133.882	70.294	132.841	144.876	658.052		100,0	829.840	100,0	
Total em 2010.....	205.418	156.154	87.362	180.129	200.777	658.052		100,0	829.840	100,0	

Operações de crédito	Curso anormal						Total				Total geral			
	Parcelas vencidas						2011				2010			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	(C)		%	(C)	%	(A+B+C)		%
Empréstimos e títulos descontados.....	10.626	10.215	9.874	27.620	45.468	137.013	240.816		6,9	285.849	7,6	7.293.230		22,5
Financiamentos.....	125.391	113.441	112.332	319.122	529.230	1.332.505	2.532.021		72,9	2.216.016	59,1	21.988.149		67,7
Subtotal.....	136.017	123.656	122.206	346.742	578.698	1.469.518	2.772.837		79,8	2.501.865	66,7	29.281.379		90,2
Operações de arrendamento mercantil.....	31.118	24.815	24.776	77.008	148.354	393.105	699.176		20,1	1.246.316	33,2	3.182.840		9,8
Subtotal.....	167.135	148.471	146.982	423.750	723.052	1.862.623	3.472.013		99,9	3.748.181	99,9	32.464.219		100,0
Outros créditos.....	136	136	136	410	819	273	1.910		0,1	3.548	0,1	5.337		-
Total das operações de crédito.....	167.271	148.607	147.118	424.160	723.871	1.862.896	3.473.923		100,0	3.751.729	100,0	32.469.556		100,0
Avais e Fianças.....	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	4.876		-
Total em 2011.....	167.271	148.607	147.118	424.160	723.871	1.862.896	3.473.923		100,0	3.751.729	100,0	32.474.432		100,0
Total em 2010.....	189.688	165.871	162.289	460.885	775.934	1.997.062	3.751.729		100,0	3.751.729	100,0	28.192.932		100,0

b) Modalidades e níveis de risco

Operações de crédito	Nível de risco										2011			2010			
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%				
											(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)
Empréstimos e títulos descontados.....	-	6.993.364	77.529	58.206	35.091	19.889	15.335	13.250	80.566	7.293.230	22,5	5.694.158	20,2				
Financiamentos.....	417	18.681.557	1.327.416	758.784	294.460	175.052	143.806	109.725	506.932	21.988.149	67,7	16.972.202	60,2				
Subtotal.....	417	25.674.921	1.404.945	816.990	319.551	194.941	159.141	122.975	587.498	29.281.379	90,2	22.666.360	80,4				
Operações de arrendamento mercantil.....	25	2.027.739	512.464	223.392	60.693	44.816	44.354	34.319	235.038	3.182.840	9,8	5.514.283	19,6				
Subtotal.....	442	27.702.660	1.917.409	1.040.382	380.244	239.757	203.495	157.294	822.536	32.464.219	100,0	28.180.643	100,0				
Outros créditos.....	-	-	-	1.653	380.244	239.757	203.495	157.294	826.220</								

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
24) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Prejuízo na alienação de valores e bens.....	(76.494)	(130.485)
Desvalorização de outros valores e bens.....	14.776	484
Outras.....	-	1.617
Total.....	(61.718)	(128.384)

25) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador, empresas coligadas e controladas, são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas por terceiros, e vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
	2011	2010	2011	2010
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.....	27.686.449	29.043.848	1.462.736	1.301.123
Captações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.....	(34.533.220)	(33.242.550)	(1.992.366)	(1.946.133)
Aplicações no mercado aberto:				
Banco Bradesco S.A.....	71.825	120.081	8.001	6.070
Captação em depósitos a prazo:				
Banco Bradesco S.A.....	-	(538.205)	-	(22.862)
Dividendos e juros sobre o capital próprio:				
Banco Bradesco S.A.....	(19.956)	(9.792)	-	-
Tiber DTVM Ltda.....	26	23	-	-
Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.....	232	207	-	-
BMC Asset Management DTVM Ltda.....	2	2	-	-
Serviços terceiros:				
Finasá Promotora de Vendas Ltda.....	-	-	(197.000)	(141.990)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2011, foi determinado o valor máximo de R\$ 1.000 mil para remuneração dos Administradores (proventos e gratificações) e de R\$ 1.000 mil para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de Curto Prazo a Administradores

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Proventos.....	115	-
Gratificações.....	-	-
Contribuição ao INSS.....	26	-
Total.....	141	-

Benefícios pós-emprego

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	150	-
Total.....	150	-

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

26) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	1.488.247	511.053
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente (1)...	(595.299)	(204.421)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas.....	870	5.257
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(30.249)	(17.609)
Efeito do diferencial da alíquota da contribuição social (2).....	16.439	32.512
Outros valores.....	12.988	669
Imposto de renda e contribuição social do semestre.....	(595.251)	(183.592)

(1) A alíquota da contribuição social para as empresas do ramo financeiro foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08 (Nota 3h); e

(2) Refere-se à equalização da alíquota efetiva da Contribuição Social em relação à alíquota (40%) demonstrada.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(836.610)	(256.565)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias.....	241.359	72.973
Total dos impostos diferidos.....	(595.251)	72.973

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do

Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Financiamentos S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 30 de junho de 2011 - R\$ mil			Saldo em
	Saldo em	Constituição	Realização	Saldo em
	31.12.2010	(1)		30.6.2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	1.482.524	220.128	71.720	1.630.932
Provisão para contingências civis.....	24.199	21.169	11.490	33.878
Provisão para contingências fiscais.....	399.718	102.996	38	502.676
Provisão trabalhista.....	7.874	1.211	81	9.004
Provisão para desvalorização de bens não de uso.....	36.932	30.651	36.005	31.578
Provisão para perda de títulos e investimento.....	1.668	18	19	1.667
Ágio Amortizado.....	129.456	-	35.758	93.698
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação.....	511	44	3	552
Ajuste da Lei nº 11.638 de 28/12/2007.....	309	-	127	182
Outros.....	126.561	34.321	13.938	146.944
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	2.209.752	410.538	169.179	2.451.111
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda.....	8	28	-	36
Total dos créditos tributários (Nota 9).....	2.209.760	410.566	169.179	2.451.147
Obrigações fiscais diferidas (Nota 16a).....	1.515.169	16.138	63.478	1.467.829
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas.....	694.591	394.428	105.701	983.318

(1) Contempla o crédito tributário relativo à elevação da alíquota de contribuição social para as empresas do ramo financeiro, determinada pela Lei nº 11.727/08, os quais correspondem ao valor de R\$ 16.440 mil (2010 - R\$ 38.525 mil) (Nota 3h).

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e crédito tributário de contribuição social MP nº 2.158-35

	Em 30 de junho de 2011 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2011.....	386.958	211.403	598.361
2012.....	485.619	300.495	786.114
2013.....	461.321	283.741	745.062
2014.....	109.009	65.716	174.725
2015.....	83.229	49.886	133.115
2016 (1º Semestre).....	6.004	7.730	13.734
Total.....	1.532.140	918.971	2.451.111

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 2.295.744 mil (2010 - R\$ 2.146.077 mil) de diferenças temporárias.

e) Créditos tributários não ativados

Em função da Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pela CONSIF contra a Lei nº 11.727/08, artigos 17 e 41, os créditos tributários de períodos anteriores decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 9% para 15% foram registrados até o limite das obrigações tributárias consolidadas correspondentes. Neste trimestre, o saldo remanescente em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 16.440 mil, foi integralmente constituído (Nota 3h).

f) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 1.467.829 mil (2010 - R\$ 1.537.391 mil) relativas a: Superveniência de depreciação R\$ 1.423.452 mil (2010 - R\$ 1.521.017 mil), ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos R\$ 183 mil (2010 - R\$ 367 mil), lucro proveniente do exterior R\$ 400 mil (2010 - R\$ 400 mil) e atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 43.794 mil (2010 - R\$ 15.607 mil).

27) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Avalis e Fianças prestados a clientes totalizam R\$ 4.876 mil (2010 - R\$ 7.909 mil), os quais estão sujeitos a encargos financeiros e a prestação de contra garantias pelos beneficiários.

b) O Banco Bradesco Financiamentos S.A. utiliza a infraestrutura operacional e administrativa da controlada Finasá Promotora de Vendas Ltda., que mantém planos de previdência complementar para seus empregados e dirigentes, na modalidade de contribuição definida, administrados pela Bradesco Vida e Previdência S.A. Em 30 de junho de 2011, esses planos encontram-se integralmente cobertos pelo patrimônio FIFE - Fundo de Investimento Financeiro Exclusivo, onde estão aplicadas as provisões técnicas.

c) Conforme previsto no Ofício Circular CVM nº 01/2007, o Banco Bradesco Financiamentos está dispensado de apurar o valor de mercado das operações de arrendamento mercantil, os quais encontram-se registrados, a valor presente, de acordo com a Lei nº 6.099/74, substancialmente, como imobilizado de arrendamento. O valor contábil dos demais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais em 30 de junho de 2011 equivale, aproximadamente, ao valor de realização desses instrumentos.

d) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil. Os bens de uso da sociedade estão segurados por montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros contra incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos.

e) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns procedimentos contábeis e suas interpretações foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24); e
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Instituição.

A DIRETORIA

Célio Magalhães - Contador - CRC 1SP199295/O-5

de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa nº 8i. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas ou despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco Financiamentos S.A. em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos
Demonstração consolidada do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração para o semestre findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes a 30 de junho de 2010

Os valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 27 de julho de 2010, que continha ressalva sobre o mesmo assunto tratado acima no parágrafo "Base para conclusão com ressalva" acerca do tratamento das operações de arrendamento mercantil.

São Paulo, 25 de agosto de 2011



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

José Cláudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

Como o dinheiro foi gasto, será preciso usar recursos do Tesouro para arcar com compromissos não cumpridos.

Reclamação do atual governo do Pará

Ex-governadora do Pará sob suspeita

Governador tucano Simão Jatene pede que o Tribunal de Contas e o Ministério Público investiguem operação de sua antecessora, a petista Ana Júlia Carepa

Antes de deixar o governo do Pará, a petista Ana Júlia Carepa usou duas vezes as mesmas notas fiscais para prestação de contas feitas a instituições bancárias diferentes, de acordo com o atual governador do estado, Simão Jatene (PSDB).

O tucano pediu que o Tribunal de Contas e o Ministério Público investiguem a operação de sua antecessora.

Ao todo, são 16 notas fiscais que somam R\$ 77 milhões, assinadas por três empresas de construção e terraplenagem.

Segundo a AGE (Auditoria-Geral do Estado), os serviços foram feitos uma só vez e estavam previstos em um contrato com o Banco do Brasil.

O governo anterior, segundo a AGE, não informou como gastou o mesmo valor em financiamento feito com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Em ambos os casos, o dinheiro não está mais em caixa, informa a auditoria.

Os dois contratos foram assinados em julho do ano passado, com recursos comandados por secretarias distintas.

O BB emprestou R\$ 82 milhões para melhorias viárias e

gestão de transporte urbano, enquanto o BNDES repassou R\$ 275 milhões para investimentos de infraestrutura em cidades paraenses.

Gastos não previstos – Uma lei votada na Assembleia Legislativa definiu como os re-

16
notas fiscais,
que somam R\$ 77 milhões, foram assinadas por três empresas de construção e terraplenagem.

curso do BNDES deveriam ser aplicados, mas o auditor-geral do estado, Roberto Amoras, informou que identificou mais de R\$ 100 milhões em gastos não previstos na lei. Nesse montante estavam os R\$ 77 milhões que se repetem na prestação feita ao BB.

O governo atual reclama que, como o dinheiro já foi gasto, será necessário utilizar re-

ursos do Tesouro para arcar com os compromissos que não foram cumpridos.

De acordo com Amoras, o governo anterior também deixou de prestar contas dos rendimentos gerados por juros na época em que o dinheiro do BNDES ficou depositado. O lucro seria de R\$ 680 mil, mas foram justificados somente R\$ 230 mil.

O PT afirmou que a ex-governadora estava em viagem. Foram deixados recados no celular do ex-secretário da Fazenda, Valdo Vidal, e do presidente estadual do PT, João Batista, mas não houve resposta de nenhum deles.

Em nota, deputados estaduais do partido definiram como "parcial" o relatório produzido pela AGE. Disseram que técnicos e ex-secretários do governo petista pediram acesso a documentos para responder sobre as notas fiscais.

Assassinato – Foi morto na manhã de ontem mais um líder de ocupação no Pará.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Valdemar Oliveira Barbosa – conhecido como "Piau" – foi assassinado a tiros por dois pistoleiros que estavam em uma moto. A vítima trafegava de bicicleta

Alan Marques/Folha Imagem



Ana Júlia: ex-governadora teria usado as mesmas notas fiscais para prestar contas, acusa Simão Jatene.

pelo bairro de São Félix, em Marabá. A morte, a sexta em três meses, foi na mesma região onde foram assassinados em 24 de maio os extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo.

Valdemar era sócio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá e coordenou, por vários anos, um grupo de famílias que ocupava a fazenda Es-

trela da Manhã, também em Marabá. Como a fazenda não foi desapropriada, ele ajudou a organizar uma ocupação urbana na Folha 06, bairro Nova Marabá, onde residia com a mulher e os filhos.

Mesmo assim, não